

# Sarney pede tempo para examinar medidas

O presidente José Sarney decidiu adiar, provavelmente para hoje, a remessa de mensagem ao Congresso Nacional analisando as 30 propostas sugeridas pelo Legislativo no "Programa de Emergência" que lhe foi entregue há 10 dias. O secretário de Imprensa da Presidência da República, Ricardo Pedreira, informou que Sarney preferiu examinar mais detalhadamente a mensagem antes de enviá-la ao Congresso.

A análise dos pontos propostos pelos congressistas foi elaborada por uma equipe técnica composta pelos secretários-gerais dos ministérios da Fazenda, Paulo Cesar Ximenes, e do Planejamento, Ricardo Santiago, sob a supervisão dos ministros Mailson da Nóbrega, João Batista de Abreu e Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil.

Ontem, por mais de duas horas os técnicos reuniram-se com o subchefe do Gabinete Civil, Maurício Vasconcellos, e assessores para concluir o texto final da mensagem presidencial. Antes do encerramento desse encontro de trabalho, Paulo César Ximenes teve de sair, alegando que estava seguindo para o aeroporto viajar. Mas antecipou que "difícilmente" a mensagem seria enviada ao Legislativo, porque o Presidente ainda iria examiná-la.

## IMPLANTAÇÃO

Sobre a forma escolhida para viabilizar a implantação das medidas sugeridas, Ximenes falou pouco. Disse apenas que a liberação das importações não necessitará de nenhuma Medida Provisória ou projeto de

Lei, "porque já existe uma decisão da CPA — Comissão de Política Aduaneira — nesse sentido". Neste caso, bastaria um ato interno do Governo, definindo quais os produtos que ficariam isentos do Imposto sobre Importação — IPI.

Já em relação à privatização das 14 empresas relacionadas pelo Governo e à venda de imóveis de propriedade da União, Paulo César Ximenes disse que o Presidente deverá encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a matéria. Mas não esclareceu se a alienação prevista englobaria não apenas as mansões dos ministros e de propriedade do Legislativo, os 8 mil imóveis localizados no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas também os apartamentos funcionais.